



Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro

Ano 3, nº 35, outubro de 2008



A Crise financeira e a crise ecológica

Maria de Fátima Cavalcante Tosini¹

O mundo cai de joelhos diante da crise financeira que assola os mercados. Para George Monbiot, jornalista no periódico britânico *The Guardian*, ela é apenas um prenúncio de uma muito mais grave e, quem sabe, irreversível – a crise ecológica. Esses dois “sistemas” – financeiro e ambiental – possuem semelhanças que vale a pena comentar antes de discutir suas crises.

Ambos são essenciais e permeiam todos os segmentos da economia. Uma crise, ou seja, uma grande escassez de seus produtos – o dinheiro e os recursos naturais – coloca em *check* toda a economia e pode causar danos de longa recuperação ou, até mesmo, irreversíveis.

Os dois sistemas trabalham com crédito. No sistema financeiro, a economia toma recursos financeiros emprestados para serem aplicados no sistema produtivo, os quais devem ser devolvidos, criando-se um movimento circular e contínuo. No meio ambiente, a economia toma emprestados recursos naturais, limitados, que também são aplicados no processo produtivo e devem, da mesma maneira, voltar na forma de produtos e/ou resíduos, criando-se um movimento circular e contínuo. Se os dois setores fossem gerenciados com a visão desse tipo de movimento, sem perder de vista a noção de escassez, as crises não deveriam ocorrer.

O risco sistêmico é outro ponto de convergência entre o sistema financeiro e o meio ambiente. Da mesma forma que o capital financeiro circula pelos sistemas financeiros de todos os países, de modo globalizado, no planeta Terra, um sistema fechado, circulam os recursos naturais: o dano em uma parte do globo contamina outra parte, porque existe ligação entre os ecossistemas. A água, o ar, os animais e a poluição circulam e afetam todo o planeta.

A atual crise é uma demonstração da má gestão dos recursos financeiros – ou, no mínimo, da insensatez

com que o sistema foi tratado –, da insaciabilidade dos mercados. O excesso de liquidez fez com que os bancos emprestassem de forma irresponsável, além da capacidade de pagamento dos tomadores. Houve descompasso entre a demanda dos recursos e o seu retorno, numa operação de alto risco. Na natureza, tem ocorrido o mesmo movimento. O uso extremo dos recursos naturais, além da capacidade de suporte da natureza, provoca descompasso entre a demanda e a reposição. O mais recente relatório *Planeta Vivo*, da WWF, da Sociedade Zoológica de Londres e do *Global Footprint Network*, de outubro de 2008, aponta que, em 2030, a humanidade precisará de “dois planetas” para continuar atendendo ao atual estilo de vida. A crise financeira, embora muito anunciada, foi negligenciada por aqueles que tinham poder de decisão sobre as políticas públicas e em razão do desejo desenfreado de lucro, participação em resultados, bônus etc. – apontando o grande problema de governança nas instituições.

Da mesma maneira que nas finanças é possível alavancar ganhos, ou seja, gerar receita sem necessidade de dispor de recursos financeiros, mas com alta exposição ao risco, a exploração dos recursos naturais de forma desequilibrada também pode gerar receita sem dispor de grandes recursos – a venda de madeira de floresta nativa que ninguém despendeu recursos financeiros para plantar também gera muito lucro. Isso é, no mínimo, uma alavancagem, para não dizer apropriação indébita.

As semelhanças entre a má gestão do sistema financeiro e a do meio ambiente não param por aí. O que incentivou os bancos a emprestar com avaliação negligente foi a possibilidade de securitizar os títulos, ou seja, tirar a sujeira dos seus balanços e diluí-la por todo o mercado, bem como a transferência de riscos para outras instituições por meio dos derivativos de crédito. Mas, os bancos esqueceram que os ativos e os riscos continuariam no sistema, agora globalizado (portanto, fechado), e que em algum momento dariam sinais de problema. No meio ambiente, ocorre o mesmo: as organizações, empresas e consumidores jogam suas sujeiras (resíduos), de todos os tipos, em lugares fora do que eles consideram como “casa” – nos aterros, nos rios, no mar, em outras regiões, países ou hemisférios – esquecendo que estes fazem parte do mesmo sistema, o planeta Terra. Mais cedo

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da Unicamp, analista no Banco Central do Brasil e autora do livro *Risco ambiental para as instituições financeiras*, ed. Annablume, 2007.



ou mais tarde, essa prática se reverterá em problemas, o que, de fato, já vem ocorrendo – os mais diversos tipos de poluição, destruição da camada de ozônio, mudanças climáticas etc. –, com toda sorte de conseqüências sociais, ambientais e econômicas.

Essa má gestão é favorecida pela contabilização. Enquanto os bancos utilizam instrumentos financeiros para esconder seus riscos – *off balance* –, na contabilidade nacional, não se contabilizam os danos ambientais dos processos produtivos. E mais: os custos para recuperação desses danos são contabilizados positivamente no cálculo do PIB. Os professores Raghbendra Jha, da Universidade Nacional da Austrália, e K.V. Bhanu Murthy, da Universidade de Delhi², sugerem um índice de degradação ambiental, o *Environmental Degradation Index* (EDI). Por esse índice, em 2002, os Estados Unidos e o Brasil estavam na 83ª e na 103ª posição, respectivamente, muito distantes da 1ª e da 12ª posição ocupadas no *ranking* do PIB.

O que se tem presenciado até o momento é tanto o sistema financeiro quanto o meio ambiente geridos exclusivamente sob a lógica do mercado, que, segundo Ignacy Sachs³, é uma visão míope, que só enxerga no curtíssimo prazo.

Os bancos centrais de todo o mundo tentam conter a atual crise financeira, entretanto os analistas não conseguem estimar sua dimensão. E qual o tamanho da crise ecológica? Os cálculos já estão sendo feitos, ou será preciso esperar um sinal mais forte dessa crise?

Segundo Monbiot⁴, enquanto acompanhamos com espanto a turbulência dos quadros financeiros, uma diferente ordem de números passa por nós. Em 10 de outubro, Pavan Sukhdev, economista do *Deutsche Bank* e líder de um estudo europeu sobre ecossistemas – *The economics of ecosystems & biodiversity* –, relatou que, só com a devastação florestal, estamos perdendo, em capital natural, valores entre 2 e 5 trilhões de dólares por ano. Sukhdev chegou a esse quadro estimando o valor dos

serviços oferecidos pelas florestas, como a absorção de gás carbônico e a disponibilidade de água doce, com os custos tanto de seu provimento como da vida sem eles. A crise do sistema financeiro é pequena quando comparada à da natureza.

Monbiot faz interessante análise da origem das palavras “economia” e “ecologia”. As duas palavras se originam do termo grego *oikos*: ‘casa’ ou ‘habitação’. Nossa sobrevivência depende do uso racional dessa casa, desse espaço onde a vida se sustenta. A má gestão de recursos (*stock*), num grau que ultrapassa seu nível de reabastecimento, levará esses *stocks* ao colapso. O autor ressalta que o OED (*The Oxford English Dictionary*) possui 69 definições para a palavra “*stock*”. Quando significa ‘poupança’ ou ‘loja’, a palavra remete a ‘tronco – ou recurso – de uma árvore’, “do qual provêm os ganhos”. O colapso ocorre quando a poda da árvore é pesada a ponto de causar sua morte.

A atual crise financeira é um acontecimento que nos leva à reflexão sobre a dívida (ou alavancagem) que o sistema financeiro e o econômico têm com a natureza. Ao utilizarmos os recursos naturais, estamos fazendo uma dívida com as gerações futuras, ou talvez não tão futuras assim, visto que cada vez mais estamos afetando e colocando em risco a geração presente. No meio ambiente, alguns danos são irreversíveis e de efeito sistêmico – contaminam todo o ecossistema –, assim como no sistema financeiro, que possui o chamado efeito dominó.

Dados esse efeito sistêmico e as prováveis irreversibilidades dos danos financeiros e ambientais dele decorrentes, qualquer atividade econômica e financeira deveria ser norteada pelo Princípio da Precaução – quando não existe pleno conhecimento dos riscos, é melhor não assumi-los –, e a adoção do Princípio do Poluidor Pagador – quem polui paga – deveria ser mais efetiva, agregando os custos da degradação ambiental ao preço dos produtos.

² JHA, Raghbendra; MURTHY, K.V. Bhanu. *A Critique of Environmental Sustainability Index*. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=380160>. Acesso em: 15 out 08.

³ SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento Sustentável. Editora Garamond, 2000. Ignacy é professor e diretor do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo, da Universidade de Paris.

⁴ MONBIOT, George. *This stock collapse is petty when compared to the nature crunch*. The Guardian, Londres, 14 de outubro de 2008.